

1 **ATA DA 451ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA**
2 **POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, REALIZADA EM SESSÃO**
3 **ORDINÁRIA AOS 03/10/2025.** -----

4 No terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta e
5 seis minutos, em terceira chamada, deu-se início à 451ª reunião da Comissão de
6 Graduação da EPUSP, realizada em sessão ordinária, na Sala de reuniões do CTA,
7 no Edifício Mário Covas, sob a presidência do professor doutor Fernando Akira
8 Kurokawa e com a presença do vice-presidente, Marcelo Martins Seckler, dos
9 professores doutores Sérgio Leal Ferreira (PCC), Paulo Sérgio Cugnasca (PCS),
10 Eduardo Lorenzetti Pellini (PEA), Januário Pellegrino Neto (PEF), José Carlos
11 Mierzwa (PHA), Flávio Augusto Sanzovo Fiorelli (PME), Eduardo César Sansone
12 (PMI), Rafael Traldi Moura (PMR), Eduardo Franco Monlevade (PMT), Helio Mitio
13 Morishita (PNV), André Leme Fleury (PRO), Cristiano Magalhães Panazio (PTC),
14 Cláudio Luiz Marte (PTR), Gustavo Pamplona Rehder (PSI), Antonio Carlos Seabra
15 (CCB), João Batista Camargo Júnior (CCQ), dos representantes discentes Arthur de
16 Oliveira Rodrigues Mageski, Eduardo Albarello, Isis Katherine Jardim Alves Moreira
17 e Marina Chaves de Oliveira; dos convidados Fábio Fialho (suplente PTC) e Ardson
18 dos Santos Vianna Junior (representante da CIP), das funcionárias Denise Fernanda
19 de Souza - Chefe do Serviço de Graduação, Michele Dias dos Santos – Chefe do
20 Serviço de Apoio Educacional e Luciandrea de Cássia Pereira, Técnica
21 Administrativa do Serviço de Graduação. -----

22 **Ausências justificadas:** Pedro de Alcântara Pessoa Filho (PQI), Aldo Tonso (PQI) e
23 Marcio Lobo Netto (CRInt). -----

24 -----
25 **EXPEDIENTE** -----

26 **1. Comunicações da Presidência** -----

27 O presidente da CG, Prof. Fernando Akira Kurokawa, fez seus informes conforme
28 segue: -----

29 I) Informou que foi realizada, entre os dias de 15 a 19 de setembro de 2025, a 52ª
30 edição do COBENGE - Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Foi um
31 evento no qual os representantes da Poli puderam tomar contato com ações que
32 outras instituições estavam promovendo, além de uma oportunidade para mostrar o

1 que a Poli e seus docentes da Poli vinham fazendo. O Prof. Fernando relatou que
2 apresentou uma sessão dirigida com a Profa. Luciana Montanari (presidente da CG
3 EESC - Escola de Engenharia de São Carlos), sobre a evolução dos currículos de
4 engenharia, em que foram colocadas as transformações e a formação dos
5 engenheiros, sendo intitulada “Evolução e Desafios da Educação em Engenharia no
6 Brasil: Transformações Curriculares, Tecnológicas e Sociais para uma Formação
7 Integral e Contemporânea”. A Sessão Dirigida foi sobre o consórcio de engenharia,
8 ela só pode ocorrer se houver mais 05 (cinco) instituições parceiras que irão
9 contribuir com o trabalho. Os Profs. Rafael Traldi Moura, Coordenador da CoC -
10 Mecatrônica, Prof. Gustavo Pamplona Rehder, coordenador da CoC – Eletrônica, e
11 o Prof. Alexandre Kawano, docente do PMR - Departamento de Engenharia
12 Mecatrônica e Sistemas Mecânicos apresentaram trabalhos. As universidades
13 UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos, Unisinos - Universidade do Vale do
14 Rio dos Sinos, Universidade Cruzeiro do Sul do Paraná, Universidade Senai -
15 CIMATEC, EEL - Escola de Engenharia de Lorena, UFOP - Universidade Federal de
16 Ouro Preto e FZEA - Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
17 apresentaram. O Prof. Rehder relatou que muitos professores de outras instituições
18 comentaram sobre a disciplina *2000101 - Fundamentos Científicos e Modelagem
19 para Engenharia I* e estão se inspirando nisso. Fernando disse que a UFES -
20 Universidade Federal do Espírito Santo, UFMG - Universidade Federal de Minas
21 Gerais e UFOP procuraram a Poli para conversar sobre isso e pediram uma visita da
22 Poli para discutir sobre isso. Foi uma discussão muito rica, a Sessão Dirigida durou
23 quase quatro horas, dado o interesse. A CG valoriza isso e pediu que os docentes
24 continuem esse trabalho. Em 2026 o COBENGE será em Belo Horizonte, na PUC-
25 Minas, no mês de setembro. -----

26 II) Passou a palavra à funcionária Michele Santos para apresentar o cronograma de
27 alterações curriculares para vigência a partir do segundo semestre de 2026.
28 Solicitando que as CoCs enviem até o fim do mês de novembro, os documentos
29 para já conseguir revisá-los para já ser colocado em votação na reunião da CG de
30 dezembro e na congregação de Dezembro. A funcionária Michele apresentou o
31 cronograma e destacou a questão de colocar nos Projetos Pedagógicos o mapa da
32 estrutura do curso. -----

1 III) Apresentou a Luciandrea, nova funcionária do Serviço de Graduação.
2 Agradecendo a Michele e a Luciandrea pelo cadastro das estruturas curriculares e
3 pela força tarefa. -----

4 IV) Informou sobre a aprovação da Resolução CoG nº 8853/2025, que dispõe sobre
5 o aproveitamento de estudos das disciplinas, anunciando que o que mudou nessa
6 resolução é a questão que estava ocorrendo que antes permitia aproveitamento de
7 estudos em disciplinas fora da universidade, reiterando que está tudo certo com as
8 disciplinas cursadas em universidades que a Poli possui convênio, mas estava
9 ocorrendo muitos casos de disciplinas em universidades particulares, mas sendo
10 este um caso muito específico, afetando mais o docente que dá o parecer de
11 aproveitamento de estudos. ([https://leginf.usp.br/resolucoes/resolucao-cog-no-8853-
12 de-17-de-setembro-de-2025/](https://leginf.usp.br/resolucoes/resolucao-cog-no-8853-de-17-de-setembro-de-2025/)) O Prof. Fernando disse que o espírito dessa resolução
13 foi o de regulamentar o aproveitamento de disciplinas cursadas em outras
14 instituições concomitantes ao curso da USP. Prof. Gustavo alertou que isso vai
15 afetar diretamente quem emite o parecer, era importante informá-los. -----
16 -----

17 **2. Informes da Comissão do Ciclo Básico** -----

18 O Prof. Antonio Carlos Seabra, Presidente da Comissão do Ciclo Básico, fez os
19 seguintes informes: -----

20 I) Comunicou que haviam finalizado o horário de 2026-1. A próxima etapa seria
21 conversar com Prof. Alexandre Lymberopoulos, do Instituto de Matemática e
22 Estatística – IME/USP. -----

23 II) Sobre o oferecimento das disciplinas convencionais (Álgebra Linear, Cálculo
24 Integral e Diferencial e Física) para os alunos em dependência, seria necessário
25 oferecê-las por cinco anos, o período de transição quando se muda a estrutura.
26 Estavam tendo cuidado sobre os critérios para prioridades, pois o número de vagas
27 é menor que o número de alunos com dependência. Isso estava sendo alinhando
28 também com os Representantes Discentes - RDs para que não haja extrapolação
29 nas exigências. Os Profs. Fernando Kurokawa e Alexandre Kawano estavam
30 ajudando neste processo. -----

31 **3. Informes da Subcomissão de Normas e Procedimentos** -----

1 O Prof. Eduardo Sansone, coordenador da subcomissão, informou que os temas
2 que estão sendo trabalhados são o processo de Transferência Interna, que se
3 encontra na pauta e as demandas da CoC - Produção que também encontra-se na
4 pauta. -----

5 **4. Informes da Subcomissão de Internacionalização -----**

6 Sem informes. -----

7 **5. Informes da Subcomissão de Avaliação -----**

8 Sem informes. -----

9 **6. Informes do representante da CIP na CG -----**

10 Prof. Monlevade informou que não houve reunião da CIP, a próxima seria na
11 segunda, dia 06/10/2025. -----

12 **7. Informes do GT de acompanhamento das AEX na EPUSP -----**

13 O Prof. Marcelo Martins Seckler, vice-presidente da CG, comentou do Workshop de
14 Extensão que ocorreu no dia 15 de agosto de 2025; houve pouca adesão, mas o
15 conteúdo apresentado foi interessante. Mencionou que houve evolução na oferta de
16 AEX (Atividades Extensionistas) e AEC (Atividades Extensionistas Curricularizáveis),
17 mas ainda assim encontra-se insuficiente. Acrescentou que em 2026 haverá um pico
18 de demanda por atividades extensionistas curricularizáveis, pois será o quarto ano
19 dos ingressantes de 2023. No entanto, agora haverá experiências de como lidar com
20 a situação, uma vez que no início o pessoal não sabia como executar, mas agora já
21 está fluindo. Adicionou que podem procurar o GT (Grupo de Trabalho) para auxiliar,
22 mas pontuou que a maior dificuldade é encontrar docentes interessados. A parte
23 burocrática é um entrave, não que seja uma parte complexa, mas é recente e ainda
24 estão aprendendo. O Prof. Seabra, com a palavra, perguntou sobre o cadastro de
25 grupos de extensão. O Prof. Seckler explicou que está ocorrendo de maneira mais
26 lenta e que é um processo mais complicado e que os Representantes Discentes
27 podem esclarecer melhor a situação. O RD Eduardo Albarello elucida que os alunos
28 pesquisam diariamente no Júpiter para verificar o que está sendo ofertado,
29 comentando que, sobre os grupos de extensão, foi feita uma reunião com eles para
30 explicar o que poderia ser feito, mas encontraram certa resistência porque seriam
31 necessárias adaptações, o que resultou na perda de interesse em transformar suas
32 atividades em AEX e alguns prosseguiram como a Poli Social como exemplo. O

1 Prof. Seckler cita que o grupo Anfíbia participou de uma AEX que o Prof. Seckler
2 havia idealizado. O RD Eduardo ressaltou que é uma questão que não seria possível
3 esperar chegar em um momento crítico. O Prof. Sergio acrescentou que farão uma
4 reunião entre a Engenharia Civil com a Engenharia Ambiental, tendo em vista as
5 disciplinas de extensão na estrutura do curso da Civil e a dificuldade que
6 encontraram foi conseguir professores, uma vez que há docentes interessados, mas
7 não necessariamente disponíveis. Há muitos que acabaram de entrar ou estão se
8 preparando para concurso de livre-docência e a chefia não liberou por causa de uma
9 sensação que participar de AEX vai atrapalhá-los nas outras atividades. Dessa
10 forma, estão tentando encontrar uma forma de motivar os docentes para envolvê-
11 los. Tentarão articular algo com a Ambiental para “unir forças”. O Prof. Fernando
12 comentou que podem fazer isso por meio das disciplinas “031xxxx”, para atender
13 ambos, acrescentando que as disciplinas *0300071 - Atividades Acadêmicas de*
14 *Extensão para Engenharia* e *0300072 - Atividades Acadêmicas de Extensão para*
15 *Engenharia II* foram criadas para toda a Escola Politécnica. O Prof. Seckler
16 esclareceu que a extensão não é ligada ao curso, podendo atender qualquer aluno.
17 O Prof. Sergio falou que neste caso é disciplina e que pode abrir vagas livres. O
18 Prof. Seckler comenta que os Departamentos têm a responsabilidade de indicar os
19 docentes para a Graduação. Tem sido feita uma força-tarefa, indo nos Conselhos,
20 CTA - Centro Técnico Administrativo e Congregação para discutir sobre essa
21 necessidade. O Prof. Seabra expõe que o meio, em sua opinião, é via chefia,
22 ressaltando que isso é gestão de pessoas e que deixar claro o que é preciso. A
23 responsabilidade é do chefe resolver esse problema e que outra sugestão seria
24 mobilizar os RDs dos cursos e Departamentos para cobrarem isso. O Prof. Sergio
25 esclarece que o estímulo que estão tentando fazer é a carga horária de 5 (cinco)
26 créditos nas disciplinas, e que nem isso está funcionando. O Prof. Seckler com a
27 palavra, comenta que cada curso tomou suas ações, explicando que tem cursos que
28 colocaram todas as AEX em disciplinas, assim como houve casos que colocaram
29 toda carga extensionista em AEX e outros em que houve uma distribuição igualitária
30 entre disciplinas e AEX, sendo assim, a questão seria se as disciplinas e as
31 Atividades Extensionistas estão sendo oferecidas de fato. O RD Eduardo comentou
32 que a Civil tem potencial grande para aproveitar estas disciplinas, mas relatou que

1 alunos comentaram que vão, no ano de 2026, concentrar-se totalmente em AEX.
2 Mesmo alunos da Civil não sabiam sobre estas disciplinas na grade. Os alunos
3 ainda não sabem muito bem se os seus cursos têm AEC na estrutura. Acrescentou
4 que o Grêmio tem feito algumas ações, com interesse em fazer engenharia
5 popular/ambiental e que teria potencial de ser aproveitado como as AEX, já tendo
6 sido discutido com o Prof. Pedro Helio e vão expandir os convites, para conseguirem
7 oferecer através do escritório-piloto. O Prof. Claudio comentou que em breve os
8 alunos entrarão “em desespero”, mas da parte dos cursos, a preocupação é que as
9 disciplinas “030xxxx” ou “031xxxx” não contam carga horária. O Prof. Fernando disse
10 que houve um momento em que se discutiu no CTA que não contaria. Mas os Profs.
11 Fernando e Seckler pediram para o Prof. Reinaldo incluir a CG nas distribuições e
12 claros dos docentes. A ideia é que os Departamentos que têm iniciativa de extensão
13 teriam prioridade. O Prof. Seckler disse que vai acontecer para os próximos, a
14 discussão agora é quantificar, mas já está definido isso. O Prof. Claudio disse que é
15 importante mapear as disciplinas com extensão para informar melhor os alunos. Os
16 Profs. André e Gustavo disseram que depende de como o Departamento contabiliza
17 os créditos para a carga horária ir para o docente. O Prof. Seckler comenta que a
18 disciplina tem carga horária e vai para o aluno e o Departamento deve contabilizar.
19 O Prof. Fernando acrescentou que por isso é importante ter o envolvimento do
20 Departamento. O Chefe de Departamento precisa tomar essas ações para
21 contabilizar essas cargas. O Prof. Claudio comentou que Prof. Mateus Humberto
22 Andrade é o único professor do departamento do PTR (Departamento de
23 Engenharia de Transportes) que conseguiu colocar uma extensão em prática.
24 Defendeu ainda que pulverizar as atividades não vai funcionar, como a Profa.
25 Patricia Maggio, da Universidade Positivo, havia alertado em seu seminário. O Prof.
26 Fernando disse que é preciso alinhar com os Chefes, as CoCs conversarem com
27 eles, para estabelecerem como a questão das AEX será feita. O Prof. Pellini
28 comenta que o incentivo por parte dos chefes de Departamento aos docentes para
29 ter oferecimento de AEX é importante, mas a manifestação da chefia sem usar
30 algum recurso que ajude na progressão da carreira não promove o engajamento do
31 corpo docente. A chefia fica sem ferramentas para exigir isso. Fazer uma AEX
32 demanda dedicação, não é algo simples. O Prof. Seckler concorda, mas lembrou

1 que agora isso está nos projetos acadêmicos da Poli e dos Departamentos. Os
2 docentes precisam colocar nos seus projetos. Tem um lado da Comissão de
3 Graduação que precisa ser feito: a maior parte dos cursos fez uma diminuição
4 emergencial de tirar créditos trabalho, mas precisa ser feita uma ação de diminuir de
5 fato a carga horária dos cursos. A RD Marina disse que os alunos relataram que a
6 FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo tem colocado carga AEX em suas
7 disciplinas e eles têm considerado interessante. Seria interessante buscar conversar
8 com Unidades que fazem isso. O Prof. Sergio relatou que precisam ver com cuidado
9 como a FAU, e como isso está sendo feito. O RD Eduardo comentou sobre o Projeto
10 “Insumos Minerais & Construção Civil Sustentável: o caso da areia”, coordenado
11 pelo Prof. Maurício Guimarães Bergerman, do PMI, é uma atividade grande. O Prof.
12 Seabra comentou a fala do Prof. Pellini, considerando que o fator convencimento
13 deve ser o próprio Chefe de Departamento. A CoC sendo responsável por organizar
14 o curso, mas depois disso é função da chefia, dessa forma é preciso que haja
15 conversa. O Prof. Mierzwa aponta que a discussão é interessante e que a CG
16 discute, mas considera que a questão das AEX foi mal planejada. Há várias
17 comissões demandando das chefias. Em seu Departamento, há várias iniciativas de
18 AEX, mas do ponto de vista de engenharia não trará benefícios. Teve um docente
19 de seu Departamento que propôs AEX em uma área não correlata à Engenharia.
20 Entendendo que há premência para oferecer AEX, mas precisam analisar melhor,
21 para que haja uma definição mais clara de como serão as AEX, não podendo criar
22 atividades que abarcam, por exemplo, questões sociais sem envolvimento da área
23 de Engenharia. Dessa forma, recomenda marcar uma reunião com os chefes de
24 departamentos e presidentes de comissões para alinhar esse ponto. E que se isso
25 não for discutido de forma integrada, cada docente trará uma solução e isso pode
26 gerar conflitos. O Prof. Seckler esclarece que isso foi feito *ad-nauseam* nos
27 colegiados e nos Conselhos. O Prof. Mierzwa enunciou que em seu Departamento
28 começaram a ser propostas atividades aleatórias e que isso não é produtivo para a
29 Escola Politécnica, reiterando que se não houver uma discussão integrada, só
30 haverá conflitos. Além disso, as atividades devem estar relacionadas à Engenharia.
31 O Prof. André Fleury com a palavra comentou que o curso de Design da FAU foi
32 colocado AEX nas disciplinas existentes, corroborando com o que foi dito pelo Prof.

1 Mierzwa sobre a importância de uma discussão integrada, bem como dos resultados
2 das experiências. O Prof. Claudio comentou sobre a colocação do Prof. Seabra,
3 relatando que a chefia do PTR, por exemplo, cobra constantemente a questão das
4 AEX, mas é difícil conseguir o engajamento, reiterando a questão da carga horária
5 das disciplinas “030xxxx” e que a carga horária dessas disciplinas não seria
6 contabilizadas. O Prof. Seckler afirmou que é difícil estabelecer um modelo único de
7 AEX para a Poli, uma vez que ela é muito diversa. Usando o curso de Química como
8 exemplo é que a questão da AEX está sendo cobrado que seja colocado na
9 distribuição de carga. O problema é responsabilidade da Poli, mas não há como
10 centralizar. Os Departamentos precisam ter autonomia e que Extensão seria
11 interdisciplinar definida pela Pró-Reitoria de Graduação. A RD Marina comenta que é
12 muito positivo haver atividades fora da Escola Politécnica e interdisciplinares e que
13 está participando de uma AEX que é da Escola Politécnica, mas por seu caráter
14 abrangente possui alunos de diversas faculdades, citando como exemplo alunos da
15 FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Acrescentou que a
16 USP está oferecendo muitas bolsas na área de Ensino e ela está participando de
17 uma. Pedindo para a Poli se envolver mais nisso e que os alunos gostariam de
18 ajudar na área de Educação. O RD Eduardo acrescentou da necessidade de ter um
19 representante da CCEx - Comissão de Cultura e Extensão, na CG para integrar essa
20 discussão. O Presidente da CG concorda que precisa de engajamento dos
21 professores, mas também dos alunos. Destacou que a exigência de AEX é do MEC -
22 Ministério da Educação e não puderam ter gerência sobre isso. Lembrou que a
23 legislação veio em 2018 na época do mandato da presidência do Prof. Fabio
24 Cozman e que o mesmo foi cobrar isso na PRG, mas foi informado que isso não se
25 aplicava à USP. No final, em 2024 a USP foi cobrada do MEC e cobrou que todos os
26 cursos fizessem, ressaltando a necessidade de engajamento dos docentes.
27 Destacou que o interesse maior dos docentes é na área de Pesquisa, faltando
28 engajamento na Graduação. Entende que há visões diferentes entre as Pró-
29 Reitorias. Destacou o Prof. Marcelo, que fala não é sobre não poder fazer, mas
30 como fazer poder. Disse que todos são representantes de Departamento e precisam
31 levar isso a frente. Comentou que no workshop havia muita gente da Engenharia
32 Elétrica apresentando projetos e disciplinas, sendo esta a área com maior

engajamento. Apresentou números de alunos fazendo AEX, dos 183 alunos, 150 já estão fazendo AEX, de 2024 dos 188 alunos, 133 já estão fazendo, de 2025, de 164 alunos, 41 alunos já estão fazendo AEX, já no curso de Engenharia Civil de 153 alunos, apenas 14 alunos, de 2024 de 141 alunos, 20 estão fazendo AEX. Acrescentou que o curso de Produção foi um dos primeiros a colocar extensionismo nas disciplinas, de 2023 de 77 alunos, 76 alunos já têm AEX, em 2024 de 82 alunos, 73 alunos têm AEX e de 2025 dos 75 alunos, 72 alunos já têm AEX. E que o papel da CG é atuar sobre as AEC (extensão em disciplinas). A proposta não é culpar ninguém, mas engajar os docentes e fazer isso funcionar. -----

8. Atas antigas a serem aprovadas: -----

8.1 Sessão 358 - 08 de junho de 2018.-----

8.2 Sessão 359 - 03 de agosto de 2018. -----

8.3 Sessão 360 - 14 de setembro de 2018. -----

O Prof. Fernando explicou a situação. E essas seriam atas que não foram feitas tempestivamente e que precisam ser aprovadas. **As atas foram aprovadas, tendo sido registradas 05 (cinco) abstenções.** -----

9. Atas a serem aprovadas: -----

9.1 Sessão 449 - 04 de agosto de 2025. **APROVADA** -----

9.2 Sessão 450 - 05 de setembro de 2025. **APROVADA** -----

II - ORDEM DO DIA -----

Foi incluído, como adendo, o item 13, a partir de tópico da seção *III - Temas para discussão*. -----

1. A referendar: Ementa da disciplina *PMR0901 – Complementos de Cálculo e Física 3*, necessária para o cadastro do segundo ano do novo currículo do curso de Engenharia Mecatrônica (3113-3000), para vigência no 1º semestre de 2026. Aprovada *ad-referendum* da CG em 23.09.2025 e aprovada pela Congregação em 25.09.2025. -----

O Prof. Fernando explicou que o IF - Instituto de Física não aprovou a disciplina 2000121 - *Fundamentos e Modelagem para Engenharia I*, então precisaram fazer uma disciplina para cobrir esse conteúdo, eles queriam mais um ano no modelo piloto. A resposta do IF foi tardia, então precisaram, às pressas, preparar uma

disciplina provisória. Essa disciplina complementa os créditos e conteúdos previstos na disciplina 2000121. -----

REFERENDADO. -----

2. A referendar: Inclusão de requisito no currículo 3072-3000 Engenharia Naval e Oceânica para 2026: Disciplina: *PNV3396 - Projeto de Extensão II*. Disciplina requisito: *PNV3395 - Projeto de Extensão I*. Requisito forte. Aprovado *ad-referendum* da CG em 25.09.2025. -----

Prof. Helio Mitio Morishita, representante do PNV - Departamento de Engenharia Naval, explicou que está sendo desenvolvido um projeto anual nestas disciplinas. Se o aluno não cursar a disciplina *PNV3395 - Projeto de Extensão I*, não consegue fazer a disciplina *PNV3396 - Projeto de Extensão II* e que isso não estava previsto anteriormente na ementa. Com a palavra, o Prof. Sérgio Leal Ferreira, representante do PCC - Departamento de Construção Civil, possui uma dúvida sobre requisito forte, uma vez que era uma prática da CG que a Poli tivesse só requisito fraco. Perguntou se isso permanece. Prof. Fernando disse que estão retomando isso, principalmente tendo em vista o Pilar. Sérgio disse que há na Civil demanda por isso. Prof. Fernando disse que está em pauta uma demanda do IME neste sentido. O Prof. Sérgio questionou se a disciplina era obrigatória, Hélio confirmou que sim, então Prof. Sergio disse que não haveria estímulo para o aluno fazer fora. O Prof. Fernando reiterou que diminuiriam a carga horária do curso para alocar essas disciplinas. O Prof. Helio disse que estruturam o curso assim. -----

REFERENDADO -----

3. Plano de adaptação pedagógica – TEA elaborado pelo Prof. Dr. Fábio Cunha Lofrano. Engenharia Ambiental. Ofício CIP EP/026 - 11.09.2025. Manifestação favorável pelo Conselho do PHA. -----

O Prof. Rehder expressou que era importante haver autorização da chefia, porque envolve infraestrutura. O Prof. Rafael disse que falaria sobre isso no seu item. O Prof. Rehder questionou também sobre como fazer o acompanhamento semestral, avisar os docentes. O Prof. Eduardo Franco Monlevade, representante do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais explicou que ele tem um e-

1 mail padrão que ele envia todos os semestres para os docentes e mantém diálogo
2 constante com os alunos. O Prof. Mierzwa relatou que PHA definiu que o
3 representante do Departamento na CIP - Comissão de Inclusão e Pertencimento é
4 quem ficará responsável por fazer o acompanhamento. O Prof. Fernando mencionou
5 que a Profa. Anarosa Alves Franco Brandão veio à CG e foram feitas algumas
6 observações no fluxo. A CG entende que é importante os representantes do
7 Departamento na CIP estarem envolvidos nisso. E que não podem esquecer que a
8 parte acadêmica cabe à CG, por isso é discutido aqui. A parte não pedagógica
9 precisa dos representantes da CIP atuando em conjunto. O Prof. Januário Pellegrino
10 Neto, Representante do PEF - Departamento de Engenharia de Estrutura e
11 Geotécnica, explicou o caso e que já ministrou uma disciplina para esse aluno no
12 semestre passado e ela tinha algumas dificuldades. Na véspera da prova, ela
13 procurou o Prof. Januário e ela disse que não sabia como acionar a CIP. O Prof.
14 Januário disse que a encaminhou para o Prof. Fábio Cunha Lofrano pelo motivo da
15 aluna ser da Engenharia Ambiental. Além disso, ele conversou com ela sobre as
16 necessidades, definiram alguns pontos e manteve o canal aberto para diálogo,
17 concordando que o melhor caminho é o representante da CIP. O Prof. Ardson dos
18 Santos Vianna Junior, representante da CIP, com a palavra, anunciou que a CIP
19 acredita muito nessa solução, concordando que é mais uma atividade para o
20 docente realizar. E entende que a instituição está sinalizando que isso precisa ser
21 feito. E que a questão seria como ter uma sala especial para o aluno se a Poli não
22 possui isso. É preciso dialogar para cobrar os recursos necessários para o plano ser
23 aplicado. O Prof. Januário complementou relatando algumas ações institucionais de
24 outro local onde ministrou aulas. -----

25 **APROVADO** -----

26 -----
27 **4. Plano de adaptação pedagógica – TEA elaborado pelo Prof. Dr. Murilo Hiroaki**
28 **Seko. Engenharia Elétrica Ofício CIP EP/028 - 12.09.2025. Manifestação favorável**
29 **da CoC - Automação e Controle.** -----

30 **APROVADO** -----

31 -----

1 5. Plano de adaptação pedagógica - TEA elaborado pelo Prof. Rodrigo Lima
2 Stoeterau. Engenharia Mecatrônica. Ofício CIP EP/025 - 11.09.2025. Parecer da
3 CoC-PMR indefere o plano. -----
4 Com a palavra, o Prof. Rafael, relatou que a aluna já havia conversado com ele e
5 que já conhecia ela e que ela estava apresentando dificuldades. O Prof. Rafael
6 recomendou que ela procurasse o Prof. Rodrigo Lima Stoeterau, o parecerista, para
7 procurar possíveis opções. O Prof. Rafael fez um adendo que o plano é de TEA
8 (Transtorno do Espectro Autista), no entanto, a aluna apenas possui TDAH
9 (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e está escrito no parecer que é
10 TEA – a portaria apenas se aplica a TEA. Por isso, o plano foi indeferido e então foi
11 levado para Conselho da CoC. A aluna precisa fazer testes para verificar se ela
12 possui TEA, pois há suspeita de traços do transtorno. O Prof. Monlevade lembrou
13 que isso foi tratado anteriormente neste colegiado e que devem ter cuidado para não
14 abrir precedentes, uma vez que há uma zona comum de sintomas entre TEA e
15 TDAH. A incidência de TDAH é muito maior, e se não houver uma definição melhor,
16 haverá muitos casos e muitas exceções a serem tratadas. Além da sobrecarga, vai
17 gerar outros impactos. O Prof. Rafael explicou que conversou com o Prof. Rodrigo e
18 olharam muitos pareceres. Há muitas coisas sendo pedidas que são questão de
19 bom senso, beneficiando todos os alunos. Por isso, fizeram algumas diretrizes
20 gerais para o curso da Mecatrônica. Ainda sobre os pedidos que têm sido
21 apresentados, acredita ser importante ter uma sala (sensorial), mas isso está fora da
22 alçada do docente e da CG. É preciso cobrar este tipo de infraestrutura para o CTA.
23 A CIP precisa levar para o CTA, não adianta colocar no parecer, porque a CG não
24 tem como atender. Relatou uma situação que viu no COBENGE de uma aluna com
25 TEA que ia apresentar um trabalho. Ela tinha dificuldade de fazer trabalho em grupo
26 e a psicopedagoga dela passou orientações para ela realizar esse tipo de atividade
27 para ela desenvolver essa habilidade. Mas o que se faz nesses pareceres é
28 dispensar o aluno, implicando que ele não desenvolverá tal habilidade. Explicou que
29 o parecer foi negado porque há demandas que são para o CTA (infraestrutura). As
30 outras são demandas que beneficiam todos, por isso fizeram as diretrizes gerais
31 para atender todos. A RD Marina disse que na apresentação da Profa. Anarosa,
32 falou-se que a CIP atenderia não apenas casos de TEA, mas também de TDAH.

1 Além disso, as necessidades da aluna são de ansiedade. O Prof. Rafael perguntou
2 se a CIP tinha um regulamento interno estabelecendo seu escopo de atuação. O
3 Prof. Ardson disse que estão preparando e relatou que a PAP - Plano de Adaptação
4 Pedagógico fala sobre a “impressão” a partir de entrevista. O Prof. Ardson
5 argumenta que é preciso considerar a questão humana. Entende que o Prof. Rafael
6 pesquisou a regulamentação, mas é preciso ver o lado humano. A CIP trata de
7 inclusão de todos, independentemente de ser TEA ou TDAH, a aluna deve ser
8 atendida e acolhida. O RD Artur reitera que já houve essa discussão no início do ano
9 e que este é um momento oportuno, com o Plano Diretor, para demandarem esta
10 questão das salas sensoriais para acolher estes alunos. A RD Marina complementou
11 o Prof. Ardson que o PAP busca oficializar uma conduta. Se dependerem de bom-
12 senso e humanidade, não vai funcionar. Relatou uma situação pessoal e o docente
13 não atendeu, disse que só poderia fazer se ela tivesse um documento da CIP.
14 Ressaltou que a CIP visava atender alunos além de TEA. O Prof. André relatou que
15 tem um caso no curso de Produção de TDAH. Sendo necessário se preparar melhor
16 e estão em conversa com a Profa. Thayla Tavares de Sousa Zomer, representante
17 do PRO na CIP. E que a complexidade é grande e fica mais difícil de atender. O
18 Prof. Rafael afirma que nunca negou ajuda para aluno, procura atender as
19 demandas de seus alunos. Não se trata de uma questão pessoal. Quando estão na
20 CG, estão no âmbito institucional. A CIP precisa ser cobrada de colocar isso no seu
21 regimento, precisam definir o que pode ser feito em termos de TDAH. Além disso, os
22 docentes, não têm treinamento para lidar com isso, precisam de treinamento. O Prof.
23 Monlevade adiciona que realmente não há treinamento e que a CIP promoveu
24 seminários e o engajamento foi baixíssimo e que existem ações, mas que não tem
25 adesão. A RD Marina disse que entende que não é pessoal, e não é um problema
26 apenas com professores da Poli, mas de outros institutos. O Prof. Fernando com a
27 palavra, afirma que a CG discute a esfera pedagógica dos planos. A questão da
28 infraestrutura está além da CG e que irá conversar com a Profa. Anarosa para a CIP
29 demandar, em conjunto com a Diretoria, a questão da infraestrutura. A questão é
30 que a CG está aprovando planos que não são factíveis de serem cumpridas. O RD
31 Artur afirma que talvez tenham se apressado em relação ao regimento do CoIP
32 (Conselho de Inclusão e Pertencimento) em que deixava claro que seria aplicado

1 apenas em casos de TEA. No entanto, os sintomas de TDAH e TEA têm interseção
2 e que às vezes se complementam. Não sabendo se seria possível colocar isso nas
3 normas. O Prof. Monlevade afirma que o ordenamento jurídico diz que a esfera
4 menor não pode se sobrepor à esfera maior. O Prof. Rafael reitera que a CIP precisa
5 colocar no seu Regimento o escopo ampliando o atendimento para TDAH e outros.
6 O Prof. Mierzwa declarou que não podem criar regimentos isoladamente. Tudo
7 envolve recursos humanos e financeiros e a escola tem falta dos dois. Corroborou o
8 Prof. Fernando que precisam conversar com a Diretoria e é necessário que as
9 questões sejam integradas. Precisam ter cuidado com as demandas que geram,
10 pois os assuntos têm interface. As comissões precisam de decisões homogêneas
11 que atendam a maioria. O Prof. Fernando disse que vai conversar com a Profa
12 Anarosa para levarem isso para a Diretoria porque é uma unidade que é
13 responsável, para que não aumente o problema. O Prof. Ardson explica que a PRIP
14 é parte do ColP, formado pelas CIPs das Unidades, então está associado a Diretoria
15 e que a CIP está indicando e já foi feito um regulamento para TEA e agora também
16 está sendo feito uma indicação com TDAH, sendo assim, houve uma resolução
17 sobre o assunto com aconselhamento. O Prof. Fernando esclarece que foi acordado
18 com a Poli e a Profa. Anarosa essa questão do TDAH e que seria tratada também,
19 então isso não teria vindo da PRIP, mas foi levada para ela, mas a questão é se o
20 ColP não se manifestar a favor com suporte e recursos para tratar isso, as unidades
21 não teriam uma orientação de como proceder. Colocado em votação, o parecer
22 indeferindo o pedido do aluno foi aprovado conforme segue: **12 votos favoráveis ao**
23 **parecer desfavorável, 04 (quatro) votos contrários e 02 (duas) abstenções.** O
24 Prof. Fernando disse que não aprovar o plano não implica que não irão atrás das
25 questões levantadas. O Prof. Rafael disse que a aluna não ficará sem atendimento,
26 haverá um acolhimento pessoal - as recomendações gerais serão passadas aos
27 docentes. O Prof. Fernando argumenta que falar sobre inclusão é importante, mas o
28 desafio está em colocar em prática. Vão conversar com a Diretoria sobre o assunto.
29 O Prof. Pellini sugeriu tirar o item de pauta. O Prof. Monlevade, Prof. Rafael e Prof.
30 Fernando explicaram que se tirarem de pauta, o item não voltaria para a CIP. O Prof.
31 Rafael pediu para voltarem as diretrizes gerais e que seria o mínimo ou outra opção
32 seria as CoCs passarem no Conselho algo similar. A RD Marina perguntou se as

1 diretrizes seriam norma e o Prof. Rafael avisou que vão enviar para as CoCs e para
2 os Conselhos para discutirem o assunto. -----
3 -----
4 **6.** Pedido de apoio financeiro para participação de três alunos de graduação no 28º
5 Congresso Brasileiro de Engenharia Mecânica (COBEM), que será realizado em
6 Curitiba, PR, de 9 a 14 de novembro. Pedido aprovado *ad-referendum* pela CoC
7 Mecânica em 27/09/2025. -----
8 **APROVADO** -----
9 -----
10 **7.** Prolongamentos CRInt. -----
11 **REFERENDADOS** -----
12 -----
13 **8.** Serviço de Graduação. -----
14 **8.1** Requerimentos. -----
15 O Prof. Eduardo César Sansone, coordenador da SNPR, fez o relato dos 4 (quatro)
16 requerimentos: -----
17 Requerimentos 01 a 03: sem destaques -----
18 O Prof. Cristiano Magalhães Panazio, representante do PTC - Departamento de
19 Engenharia de Telecomunicações e Controle fez uma parte de um dos
20 requerimentos, explicando que não houve prolongamento, então fizeram um ajuste
21 para que ele retornasse em setembro para que o aluno consiga entrar na disciplina
22 de pós-graduação. -----
23 **APROVADOS.** -----
24 Requerimento 04: Retorno à vaga: tem parecer favorável da CoC, mas a funcionária
25 Denise fez observação que a aluna fez o plano com base na estrutura EC-3 (antiga
26 estrutura curricular) e a CoC PQI (Departamento de Engenharia Química) aprovou o
27 plano de retorno dentro da nova estrutura DCN. O Prof. Seckler explicou que isso
28 não está claro nas regras, a aluna está ciente, então foi solicitado desta forma. -----
29 **APROVADOS** -----
30 Requerimentos 5 a 8: **retirados de pauta** -----
31 **8.2** Manifestação do aluno TGB, nº USP: 94266** sobre o encerramento da sua
32 matrícula. -----

1 O Prof. André explicou que o aluno é ingressante de 2015, com baixo desempenho
2 ao longo de 10 anos, tendo cumprido pouco mais de 110 créditos, a maioria em
3 disciplinas optativas. O aluno alega ter passado por problemas pessoais que
4 afetaram seu percurso acadêmico. A funcionária Denise esclareceu que foi decidido
5 na CoC Produção pelo não encerramento do curso do aluno; no entanto, ao
6 conversar com a PRG, recebeu a orientação de encerrá-lo pelo artigo 75 do
7 Regimento Geral da USP, avisar o aluno da situação e esperar ele se manifestar. No
8 entanto, ressalta que, uma vez desligado, o aluno não poderá retornar pelo Artigo
9 80, pois sua situação se enquadra no Artigo 76 II. O Prof. Sansone reitera que o
10 aluno já ultrapassou todos os prazos de conclusão do curso. O Prof. André informa
11 que conhece e acompanha o aluno há bastante tempo e que não se sente
12 confortável para julgar sua justificativa. O Prof. Mierzwa conclui que o aluno pode
13 reingressar via vestibular. -----

14 **Aprovado manter o encerramento por 17 votos favoráveis, 3 contrários e 2**
15 **abstenções.** -----

16 **8.3** Análise dos pedidos de equivalência e dispensa de disciplinas recebidos neste
17 semestre. -----

18 A funcionária Denise explicou que foi feito um levantamento de requerimentos
19 aprovados por cada modalidade. A ideia é que as CoCs analisem e façam um ofício
20 para deixar pré-aprovadas as equivalências e dispensas mais recorrentes. No
21 segundo momento, enviar Anexo E para colocar a equivalência automática na
22 estrutura. Explicou a situação do módulo de Engenharia Automotiva que tem a
23 disciplina obrigatória PSI3562 - Veículos Inteligentes, mas que não vem sendo
24 oferecida há muito tempo; por isso, os alunos cursam outras disciplinas correlatas
25 como optativas livres e pedem equivalência no módulo. Então, sugere que seria
26 melhor mudar a estrutura do módulo e incluir essas disciplinas como eletivas do
27 módulo. -----

28 **8.4** Regras para o processo de opção de curso. -----

29 A funcionária Sra. Denise explicou que neste mês será aberto o processo de escolha
30 de cursos. O PMI adotou, em 2024, o modelo de Ciclo Básico com duração de dois
31 anos. Por esta razão, o curso terá seu primeiro processo de escolha de habilitação e

as regras precisam ser aprovadas pela CG. O Prof. Sansone disse que se baseou nas regras do PMT e Elétrica. -----

APROVADO -----

9. Requerimento para remoção de trabalho de formatura da Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos (BDTA) da USP. Interessado: C.E.M.T.S. Resolução CoCEx nº 7497-2018: Artigo 2º – Os alunos que tiverem interesse em resguardar patentes, direitos autorais, dados confidenciais ou outros direitos relativos aos seus trabalhos poderão solicitar à Comissão de Graduação ou à Comissão de Cultura e Extensão Universitária ou órgão equivalente, mediante requerimento justificado, a não disponibilização de seu trabalho na BTDA da USP. §1º –Deferido o pedido de não publicação, a solicitação de nova submissão para publicação ficará a cargo do aluno, devendo submetê-lo ao coordenador. §2º –Para os cursos de Graduação, após o parecer de um de seus membros, a Comissão de Graduação ou órgão equivalente da Unidade analisará o pedido, deferindo-o se o julgar pertinente. Parecer favorável do Prof. Marcelo Martins Seckler, vice-presidente da Comissão de Graduação, à solicitação do egresso. -----

APROVADO -----

10. Disciplina de Probabilidade – 0303200. -----

O Prof. Fernando informa que a maioria das CoCs manifestaram-se por manter como sigla “030xxxx”, com cada Departamento indicando um docente para a disciplina. Fez um adendo com a situação da CoC Civil que era peculiar, sendo mais proveitoso um revezamento entre os quatro Departamento na disponibilização de um professor. O Prof. André acredita que em algum momento cada CoC fará sua disciplina de probabilidade. O Prof. Fernando reitera que o Prof. Fábio Cozman levou a questão para a CG manifestar sua posição. O Prof. Pellini destacou que não se pode perder de vista a unidade, e que cada curso tem suas particularidades, mas a Poli é uma unidade. O Prof. Seckler questiona se há demanda por haver um oferecimento mais particularizado para cada curso. O Prof. André anuncia que na CoC da Produção tem tido discussões neste sentido. O Prof. Mierzwa reitera que é uma questão que a votação é objetiva e os Departamentos já se manifestaram. O

1 Prof. Fernando corroborou e afirmou que a questão surgiu no CTA e o docente do
2 Departamento vai ganhar a carga horária. O Prof. Rafael lembrou que o
3 compromisso já foi assumido duas vezes pelas chefias de Departamento no CTA,
4 mas não estava alinhado com as CoCs e que agora foram consultados os dois. Foi
5 posto em votação a proposta e de manter a sigla “030xxxx” e cada CoC oferece um
6 docente, foi **aprovado por 19 (dezenove) votos favoráveis e 1 (um) desfavorável**.
7 A CG encaminhará ofício endereçado ao Prof. Cozman e à Diretoria, bem como ao
8 CTA. O Prof. Mierzwa aponta que o conteúdo é para todos, mas a questão é que a
9 turma tendo um docente do próprio curso, possibilita que a exemplificação dos
10 conceitos sejam aplicados a cada curso e o Prof. Fernando concorda, afirmando que
11 essa é a intenção. -----
12 -----

13 **11. Transferência Interna.** -----

14 Com a palavra, o Prof. Fernando lembrou que, na reunião anterior, de 05.09.2025, o
15 colegiado havia convergido para uma proposta. O Prof. Sansone então redigiu o
16 texto final. Antes de passar a palavra, o Prof. Fernando perguntou aos RDs se eles
17 haviam recebido algum retorno dos alunos sobre as alterações que haviam sido
18 propostas. O RD Eduardo Albarello disse que a impressão inicial dos alunos foi de
19 repulsa às entrevistas, mas, quando explicado a eles o conceito por trás da
20 proposta, a maioria concordou que a entrevista fazia sentido. A preocupação deles
21 era a respeito dos prazos. O RD Arthur relatou que os alunos com quem ele havia
22 conversado entendiam que a nova proposta iria provocar uma migração do processo
23 de transferência para o reingresso, pois os critérios de transferência haviam ficado
24 mais difíceis. Com os novos critérios, eles não poderiam participar do processo se
25 tivessem reprovações em alguma disciplina do Ciclo Básico. O representante
26 explicou as situações que haviam sido discutidas e que subsidiaram tais critérios. A
27 RD Marina perguntou sobre a situação dos alunos que haviam trancado disciplinas
28 do Ciclo Básico no primeiro semestre, porque, até então, não havia nada definido
29 sobre isso. O Prof. Fernando fez uma ressalva, explicando que as regras anteriores
30 já previam penalizações no processo para candidatos com disciplinas trancadas.
31 Perguntou como aconselhar alunos nessa situação. Em seguida, passou a palavra
32 ao Prof. Sansone para repassar a proposta. Com a palavra, o Prof. Sansone

1 esclareceu que os três primeiros artigos diziam respeito às diretrizes gerais e já
2 haviam sido discutidos, sem maiores polêmicas. Passou então ao Artigo 4,
3 destacando que esse era um dos pontos principais, pois tratava dos critérios de
4 classificação. Na reunião anterior, houve consenso em se realizar o processo em
5 duas fases. Na primeira fase, seriam classificados candidatos em duas vezes o
6 número de vagas disponíveis para cada curso. A segunda fase seria então o
7 momento das entrevistas. A grande dificuldade estava em convergir para um critério
8 classificatório na primeira fase, tendo em vista a diferença de estrutura entre os
9 cursos que estavam em um modelo mais tradicional, com as disciplinas de Cálculo
10 Diferencial e Integral, Álgebra Linear e Física, e aqueles que haviam adotado o novo
11 modelo (disciplina 2000101 - *Fundamentos Científicos e Modelagem para*
12 *Engenharia I*, coloquialmente chamada de “Pilar”). -----
13 *Texto proposto:* -----
14 *Artigo 4º – Primeira fase (classificação inicial)* -----
15 *I – A classificação dos candidatos será realizada em ordem decrescente da “Média*
16 *Ponderada com Reprovações” do primeiro semestre de ingresso, conforme consta no*
17 *histórico escolar.* -----
18 *II – Serão convocados para a fase seguinte os habilitados e mais bem classificados, na*
19 *proporção de 2 (dois) candidatos por vaga disponível em cada curso.* -----
20 *III – O candidato reprovado por faltas em qualquer disciplina do primeiro semestre será*
21 *eliminado do processo.* -----
22 Explicou que havia compilado as sugestões apresentadas na reunião anterior. A
23 classificação para a segunda fase seria com base na média do primeiro semestre,
24 conforme constante no histórico escolar. O Prof. Cugnasca sugeriu, com base no
25 fato de que o número de vagas era dinâmico, em razão de o processo ser iterativo,
26 que o texto do inciso II assegurasse um limite mínimo. O Prof. Gustavo perguntou
27 como ficaria a questão das notas da disciplina de Fundamentos, ao que o Prof.
28 Rafael esclareceu que o aluno seria chamado para a entrevista independentemente
29 de haver as notas da disciplina ou não; o Prof. Sansone destacou que, no histórico
30 escolar, a referida disciplina aparecia à parte das demais, por ser anual. Nesses
31 casos, o histórico escolar exibia a média do primeiro semestre considerando as
32 demais disciplinas. O Prof. Fernando ressaltou que esse ponto havia sido bastante
33 discutido e que o aluno que houvesse sido reprovado no Pilar por faltas seria

1 desclassificado. Tal medida visa garantir que os interessados não abandonassem as
2 disciplinas obrigatórias. O Prof. Sansone fez um aparte, relatando que alguns alunos
3 de seus cursos haviam o procurado, preocupados com as regras de transferência.
4 Eles haviam se baseado no edital de 2024 e optaram por cursar apenas as
5 disciplinas cobradas naquelas regras, trancando as demais. Eles manifestaram que
6 seriam prejudicados caso todas as disciplinas fossem contabilizadas para a
7 classificação na segunda fase. O Prof. Seckler disse que essa prática não era
8 correta e o Prof. Sansone disse que eles haviam buscado jogar com o regulamento
9 anterior. O RD Eduardo relatou que muitos alunos haviam o procurado no período
10 de matrícula dizendo que iam trancar algumas disciplinas, e ele os alertou a não
11 fazerem isso. O Prof. Fernando corroborou que essa manobra não era correta e que
12 já era de conhecimento que estavam sendo discutidas alterações no processo de
13 transferência. O Prof. Fiorelli corroborou; a regra de 2024 era 2024; as regras desse
14 ano ainda estavam sendo discutidas. O Prof. Fernando disse ainda que a prática de
15 se trancar as disciplinas obrigatórias que, até então, não eram cobradas no
16 processo, levava ao inflamento das turmas destas disciplinas posteriormente. O
17 Prof. Mierzwa defendeu que era necessário privilegiar a regra, privilegiar quem fazia
18 tudo da forma correta. Ainda sobre o Artigo 4º, o Prof. Sansone explicou que seriam
19 consideradas as notas com reprovação de todas as disciplinas do primeiro semestre,
20 e o inciso III estabelecia a eliminação do processo caso o aluno reprovasse por falta
21 ou trancasse alguma disciplina. Na sequência, passou à revisão do Artigo 5º: -----
22 *Texto proposto: -----*
23 *Artigo 5º – Segunda fase do processo (entrevista e reclassificação) -----*
24 *I – As CoC realizarão entrevistas para análise do perfil acadêmico e para informar prazos e*
25 *consequências da transferência. -----*
26 *II – A classificação final será em ordem decrescente da média aritmética ponderada das*
27 *notas de todas as disciplinas obrigatórias do primeiro ano do curso de origem do aluno,*
28 *usando-se o número de créditos-aula de cada disciplina como peso. Aplicam-se as*
29 *seguintes regras: -----*
30 *a) disciplinas não cursadas no ano de ingresso, trancadas ou aproveitadas por equivalência*
31 *externa receberão nota zero; -----*
32 *b) serão consideradas apenas as notas do primeiro oferecimento e da primeira avaliação. ---*

1 *III – As CoC poderão estabelecer critérios adicionais de classificação, desde que aprovados*
2 *pela CG e divulgados antes da realização das entrevistas. -----*

3 *IV – Concluídas as etapas, as CoC publicarão a lista classificatória; a efetivação da*
4 *transferência obedecerá à ordem de classificação e à disponibilidade de vagas. -----*

5 Lembrou que a regra prevista na alínea “a” do inciso II já existia nos regulamentos
6 anteriores. Quanto ao inciso IV, a lista de classificação levava em conta o fato de
7 que a dinamicidade do processo afetava o número de vagas disponíveis. Na
8 sequência, o Prof. Fiorelli perguntou sobre as regras da entrevista e o Prof. Sansone
9 alertou que este era um ponto a ser definido. O Prof. André trouxe a posição da
10 CoC-Produção, favorável à utilização apenas das notas, sem entrevista. O RD
11 Arthur disse que havia entendido que a nota teria caráter eliminatório e a entrevista,
12 classificatório. O Prof. Cristiano disse que, se a entrevista não fosse eliminatória,
13 não haveria razão em fazê-la. O Prof. Fernando, resgatando as discussões
14 anteriores, disse que a proposta da entrevista veio à tona para evitar que os alunos
15 entrassem no processo de forma aleatória, sem conhecer o curso nem o que será
16 exigido dele. O Prof. Cristiano defendeu que, para tanto, poderiam preparar um
17 documento informativo. Era necessária maturidade ao fazer a escolha pelo processo
18 de transferência. Em seu entendimento, a entrevista seria um filtro. O Prof. Marcelo
19 disse que a entrevista cumpria duas funções: uma, avaliar o plano do aluno e deixar
20 claro a ele que a transferência implicaria consequências no seu percurso. Na
21 Engenharia Química, por exemplo, a depender do curso de origem do aluno, o
22 impacto poderia ser maior ou menor. A segunda era que a entrevista promoveria
23 maior proximidade com o aluno, ponto importante nas mudanças que a escola vinha
24 promovendo. À parte disso, precisariam discutir se a entrevista seria classificatória
25 ou não e como seria conferida a nota. O Prof. Mierzwa opinou que o processo de
26 transferência demandava escolhas e lidar com as consequências dessa decisão.
27 Nessa perspectiva, a entrevista não ajudaria muito. Era importante permitir o
28 amadurecimento por meio desse processo. Com a palavra, o Prof. Sansone disse
29 que a necessidade de o aluno apresentar um plano de conclusão de curso foi
30 bastante discutida, mas, para os ingressantes a partir do ano de 2025, os currículos
31 ainda não estavam completos, e os alunos não conheciam adequadamente a
32 estrutura dos cursos. O RD Eduardo disse que, em seu entendimento, a entrevista

1 tinha como propósito classificar os alunos, evitar escolhas aleatórias de cursos, além
2 de levar em conta que os alunos dos cursos que adotam o “Pilar” não teriam as
3 notas completas. A RD Marina opinou que as provas da Poli tinham caráter
4 conteudista, e a discussão afastava ainda mais a instituição da escola que
5 pretendiam construir, com base nas DCNs. Em resposta à fala do Prof. Mierzwa,
6 disse que os alunos entravam na Escola ainda sem maturidade e o ambiente
7 universitário era de muita informação e a carga emocional é muito grande. Não
8 deveria ser cobrado do aluno ir atrás de ajuda. O Prof. Pellini disse que todos os
9 professores deveriam tutorar e auxiliar os alunos a qualquer momento, mas, muitas
10 vezes, eles também estavam sobrecarregados. Todos os docentes que estavam na
11 sessão se importam com os alunos e o papel deles era facilitar o entendimento dos
12 alunos sobre a escola, sobre os cursos, sobre a vida acadêmica. Concordava com o
13 Prof. Cristiano que a escola era um ambiente no qual ocorria o amadurecimento dos
14 alunos e todas as gerações estavam enfrentando desafios. O Prof. Marcelo
15 destacou que a Poli vinha buscando uma política de maior proximidade; o Prof.
16 Fernando disse que a experiência dos pilotos mostrava a importância da
17 proximidade com o aluno, e a entrevista era uma oportunidade para isso. O Prof.
18 Cristiano destacou que ele jamais deixou de atender um aluno e estava sempre com
19 as portas abertas. No entanto, alertou a importância de os interessados na
20 transferência procurarem o coordenador se estivesse com dúvida. O ponto no qual
21 não concordava era haver uma entrevista apenas para obtenção de informações,
22 sem caráter eliminatório. O Prof. André disse que a discussão estava misturando
23 dois tópicos, transferência e acolhimento. A CoC-Produção entendia que o processo
24 de transferência deveria ser quantitativo, por nota. Em relação ao acolhimento, o
25 telefone dele estava aberto a todos os alunos - no dia anterior, às dez da noite,
26 estava atendendo um aluno que havia acabado de entrar em Artigo 80. O que ele
27 estava argumentando é que o critério tem que ser nota. O Prof. Gustavo disse que,
28 em razão do projeto piloto, vinha convivendo bastante com os alunos de primeiro
29 ano e conversando quase diariamente com eles. São alunos que haviam saído do
30 ensino médio extremamente carregados e chegavam na universidade com pouco
31 amparo, sem conhecimento suficiente sobre o ambiente universitário, sobre os
32 cursos. Voltando para o assunto em debate, defendeu que a entrevista era uma

1 oportunidade para os alunos avaliarem se a transferência era realmente o que eles
2 desejavam. Já havia recebido relatos de alunos que não gostariam mais de fazer a
3 transferência, porém não podiam desistir do processo. Não havia informações para o
4 aluno sobre como seria a adaptação para o novo curso, e cada curso tinha uma
5 adaptação diferente, um perfil diferente. Por isso, julgava a entrevista como uma
6 etapa importante e cada curso poderia escolher como fazê-la e qual sua função. O
7 Prof. Fernando corroborou as colocações do Prof. Gustavo e ressaltou que a
8 entrevista não deixava de ser um instrumento de acolhimento. O ponto central é se o
9 aluno tinha subsídios para discernimento se está fazendo uma escolha adequada na
10 transferência. Do contrário, o aluno poderia vir a fazer mais de um processo de
11 transferência, impactando seu tempo de conclusão de curso. O Prof. Cristiano
12 esclareceu não ser contra a orientação aos alunos, mas a função da entrevista no
13 processo. O Prof. Rafael disse que a questão era mais simples: cada CoC
14 escolheria como fazer a classificação na segunda fase. A entrevista era uma forma
15 de estabelecer um diálogo com o aluno, nem que fosse para ele apresentar
16 eventuais documentos extras. Além disso, seria uma oportunidade para o aluno sair
17 do processo caso o plano de conclusão de curso mostrasse-se inviável. A entrevista
18 nada mais era que uma segunda etapa do julgamento. Não era um processo que
19 tomaria um tempo excessivo, tendo em vista que o número de vagas por curso era
20 baixo. Destacou que a CoC-PMR já havia manifestado que não iria decidir e julgar
21 valor no que aluno falasse na entrevista, então os critérios seriam as notas. Outro
22 ponto é que os cursos tinham a prerrogativa de não aprovar ninguém caso os
23 interessados não atendessem os critérios. O Prof. Seckler, exemplificando o
24 processo de entrevista na pós-graduação, disse que, se a entrevista classificatória
25 fosse adotada, era importante haver um critério objetivo para isso, e o Prof. Rafael
26 disse que cada CoC poderia definir isso. O Prof. Fernando então pediu para o Prof.
27 Sansone incluir um dispositivo estabelecendo que cada CoC definiria seus critérios
28 de seleção e o RD Eduardo alertou que seria necessário modificar o inciso I do
29 Artigo 3º. O Prof. Ardson sugeriu o seguinte ajuste no texto: “As CoCs estabelecerão
30 os critérios para análise (...)” e, a partir disso, cada CoC definiria como seria a
31 segunda fase em seus cursos; o Prof. Fernando corroborou a sugestão. O Prof.
32 Sansone: “As CoCs estabelecerão critérios de classificação que serão divulgados

1 antes da realização das entrevistas”. Prosseguindo, com relação ao Artigo 5, inciso
2 IV, o Prof. Fiorelli perguntou se a divulgação seria feita pelas CoCs ou pela CG. O
3 Prof. Fernando disse que seria o Serviço de Graduação, então o texto deveria ser
4 “As CoCs enviarão aos Serviço de Graduação os resultados (...)”. A Sra. Denise
5 destacou ainda que o Serviço de Graduação iria cuidar da primeira fase; a segunda,
6 ficaria a cargo de cada CoC. Encerrando a rodada de discussão, o Prof. Fernando
7 encaminhou o item para votação. O Prof. Cristiano disse que se posicionaria
8 desfavorável porque gostaria que a entrevista tivesse caráter eliminatório.
9 Exemplificou que seria necessário poder desclassificar um plano de conclusão que
10 se mostrasse inviável. Os membros disseram que isso havia sido alterado, mas o
11 Prof. Cristiano ressaltou que ainda contava no texto a menção de que a forma
12 escolhida pelas CoCs deveria ser aprovada pela CG. Foi solicitada então a retirada
13 do trecho “desde que aprovados pela CG e divulgados antes da realização das
14 entrevistas” do inciso III do Artigo 5º. Além disso, os membros observaram que
15 deveria ser retirada a menção “para análise do perfil acadêmico” do inciso I do Artigo
16 5º. O Prof. Sansone iria preparar a versão consolidada do texto. **Colocada em**
17 **votação, a proposta, considerando-se as alterações sugeridas, foi aprovada,**
18 **tendo sido registrada 01 (uma) abstenção.** -----
19 -----

20 **12. Estágio - Proposta de regulamentação.** -----

21 **RETIRADO DE PAUTA.** -----
22 -----

23 **13. Revisão do regulamento para dispensa de cursar disciplinas.** -----

24 Com a palavra, o Prof. André explicou que a sugestão era pela retirada do item 3.3
25 do regulamento sobre dispensa de disciplinas, pois o termo “iminência” estava
26 gerando interpretações discrepantes e incoerentes. -----

27 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----
28 -----

29 **III - TEMAS PARA DISCUSSÃO** -----

30 **1. Proposta do Instituto de Matemática e Estatística sobre requisitos em disciplinas**
31 **ofertadas no Ciclo Básico da EPUSP. Exigência de requisito forte (nota >mínima de**
32 **5.0 e frequência mínima de 70%) em: 1) MAT2453 Cálculo Diferencial e Integral I e**

1 MAT3457 Álgebra Linear I para cursar a disciplina MAT2455 Cálculo Diferencial e
2 Integral III; 2) MAT2454 Cálculo Diferencial e Integral II para cursar a disciplina
3 MAT2456 Cálculo Diferencial e Integral IV. -----

4 **RETIRADO DE PAUTA** -----

5 -----
6 **2.** Revisão do regulamento para dispensa de cursar disciplinas e da deliberação
7 sobre matrícula com conflito de horário, incorporando sugestões feitas pela
8 Engenharia de Produção. -----

9 A questão sobre a dispensa de disciplinas foi migrada para a seção *II - Ordem do*
10 *Dia*, como adendo, pois a discussão encaminhou-se para uma decisão. A respeito
11 da discussão sobre os conflitos de horários, ficou acertado que o Prof. Sansone
12 listaria os casos excepcionais passíveis de consideração e apresentaria a sugestão
13 de texto na reunião seguinte. -----

14 -----
15 **IV - PALAVRA AOS MEMBROS** -----

16 O Prof. Rafael Moura despediu-se do colegiado, pois essa era sua última reunião
17 como Coordenador de Curso. O Prof. Fernando, em nome da CG, agradeceu-o
18 pelo empenho e dedicação. -----

19 O Prof. Sérgio Leal comunicou que a CoC-Civil iria fazer uma consulta aos alunos
20 sobre a avaliação do curso, considerando que metade do semestre já havia
21 decorrido e parte das avaliações haviam sido realizadas. Se fosse o caso, traria os
22 resultados para a CG. -----

23 -----
24 Nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada às doze horas e cinquenta e dois
25 minutos e, para constar, é lavrada a presente ata por Lavinia Simões Stephano
26 Wichi Lopes, Estagiária do Serviço de Apoio Educacional da EPUSP. -----

27 -----
28 -----
29 Aprovada na 452ª reunião da CG, realizada aos 14 de novembro de 2025, em
30 sessão ordinária. -----